

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Secundária
Henrique Medina
ESPOSENDE

14 e 15 fev.
2012

Delegação
Regional
Norte
da IGE



1 – INTRODUÇÃO

A *Lei n.º 31/2002*, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A Inspeção-Geral da Educação (IGE) foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (*Despacho n.º 4150/2011*, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a IGE está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no *Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007*, de 31 de julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da *Escola Secundária Henrique Medina – Esposende*, realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada entre 14 e 15 de fevereiro de 2012. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o eventual contraditório apresentado(s) no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** serão disponibilizados na [página da IGE](#).



2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Criada em 1981, a Escola Secundária Henrique Medina situa-se no concelho e cidade de Esposende, distrito de Braga, numa zona económica e socialmente heterogénea. A sua influência pedagógica abrange uma área geográfica que integra 15 freguesias, muitas delas rurais, pelo que recebe alunos de origem sociocultural muito heterogénea. A Escola, apesar de não ter sofrido obras de requalificação, ainda se mantém em razoável estado de conservação, pese embora o menor conforto das salas de aula.

A população escolar totaliza 1230 alunos distribuídos por 53 turmas, sendo 11 do 3.º ciclo do ensino básico com 301 alunos. A oferta educativa do ensino secundário abrange os cursos científico-humanísticos do ensino regular (31 turmas com 673 alunos), os cursos profissionais (10 turmas com 230 alunos) e os cursos de educação e formação de adultos (uma turma com 26 alunos).

A percentagem de alunos portugueses é de 95% e o indicador de carência económica revela que 61% não usufruem de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar. A percentagem de alunos com computador e *internet* em casa é de 80% no ensino básico e de 92% no ensino secundário.

A percentagem de pais com profissões de nível superior e intermédio nos ensinos básico e secundário é de 29,7% e 14,6%, respetivamente. Quanto às habilitações académicas, verifica-se que 32% dos pais dos alunos do ensino básico têm habilitações de nível secundário e superior, ao passo que no secundário essa percentagem é de 17%.

O corpo docente é constituído por 129 trabalhadores, sendo 86% docentes dos quadros. A experiência profissional é significativa, pois 84% lecionam há 10 anos ou mais. O pessoal não docente, composto por 41 elementos, é relativamente estável, já que 83% possuem contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, as variáveis relativas à formação académica superior ou secundária e superior dos pais dos alunos do ensino básico situam-se acima da mediana nacional, enquanto no ensino secundário, a percentagem de pais com formação académica secundária e superior fica abaixo dos valores medianos nacionais e a de pais com formação académica superior está na mediana. Quanto às percentagens de alunos do 9.º ano e do 12.º ano sem ação social escolar e de pais dos alunos do ensino básico e do ensino secundário que exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio, verifica-se que os valores se situam, respetivamente, acima e abaixo da mediana nacional. A idade média dos alunos do 9.º e do 12.º ano de escolaridade fica ligeiramente abaixo da mediana nacional.

3- AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

Tendo em conta o contexto socioeconómico e cultural, verifica-se que a taxa de conclusão do 12.º ano, em 2009-2010, está em linha com o valor esperado, situando-se, no entanto, a percentagem de alunos que anularam a matrícula acima da mediana nacional. Nos exames nacionais do ensino secundário, as médias das classificações finais nas disciplinas de Português e Matemática situam-se, também, no valor esperado.



Se considerarmos a evolução das médias das classificações de exame no ensino secundário, no triénio de 2008-2009 a 2010-2011, verifica-se que nas disciplinas de História e de Biologia e Geologia, o desempenho dos alunos superou o valor nacional, com exceção do ano de 2009 em Biologia e Geologia. Situação inversa observa-se nas disciplinas de Matemática, Física e Química e Desenho A, ainda que a última, no ano de 2010, tenha superado o valor nacional. Em Português, os resultados da Escola aproximam-se da média nacional.

As taxas de transição/conclusão dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário evoluem, no último triénio, sem grandes oscilações e os valores são sempre superiores aos nacionais.

Relativamente aos exames nacionais do ensino básico em 2009-2010, tendo em consideração as referidas variáveis de contexto, verifica-se que a percentagem de alunos com classificação positiva nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática se situa em linha com o valor esperado, ainda que a taxa de conclusão do 9.º ano tenha ficado aquém desse valor.

A evolução das taxas de transição/conclusão dos alunos do ensino básico, no último triénio, tem vindo a acompanhar a nacional. Relativamente aos exames nacionais do ensino básico, verifica-se que em Língua Portuguesa, com exceção de 2009, as médias das classificações superam as nacionais, o mesmo acontecendo em Matemática no ano de 2011.

Relativamente aos cursos profissionais, a taxa de conclusão do 3.º ano é de 81% em 2011. A Escola dispõe de dados sistematizados sobre o percurso escolar dos alunos após a conclusão dos cursos profissionais, sendo de relevar uma taxa de empregabilidade de 37% e de 30% para alunos que optaram por dar prosseguimento aos estudos no ensino superior.

RESULTADOS SOCIAIS

A participação dos alunos nos órgãos e nas estruturas educativas, como os conselhos de turma, tem sido uma das formas de promover as dimensões cívica e de cidadania. Porém, apesar de serem dinamizadas atividades e projetos orientados para a promoção destas dimensões, tais como o Parlamento dos Jovens ou o concurso Euroescolas 2011, nos quais os alunos participantes se empenharam muito ativamente, a Escola ainda não desenvolveu estratégias consistentes de auscultação dos alunos, para além daquelas que são exercidas pelos diretores de turma. Por outro lado, permanece frágil o seu envolvimento na discussão dos documentos estruturantes da Escola, uma vez que os alunos evidenciam reduzido conhecimento do projeto educativo.

São regulares as campanhas de solidariedade com vista à recolha de bens alimentares para distribuição às famílias mais carenciadas da comunidade, bem como de brinquedos e de roupas para crianças e jovens carenciados, em articulação com a Associação Social, Cultural e Recreativa da Apúlia. Não obstante o dinamismo observável, o seu impacto em matéria de envolvimento dos alunos permanece limitado. Nos questionários de satisfação aplicados, a participação dos alunos em clubes e projetos da Escola não merece a concordância da maioria desses mesmos alunos.

Os docentes e os restantes trabalhadores incentivam e valorizam o bom comportamento dos alunos, pelo que a observância das regras e a disciplina são dimensões bem trabalhadas no quotidiano escolar. Como consequência, o ambiente educativo pauta-se pelo respeito mútuo e bom relacionamento interpessoal. Fruto de uma oferta formativa diversificada e articulada com as entidades locais, a qual tem vindo a registar um aumento de cursos profissionais, a Escola procura responder às expectativas dos alunos e das famílias, num esforço que é complementado pelo Centro de Novas Oportunidades que, em função do aumento do número de inscritos, particularmente no último ano, tem vindo a ampliar o seu impacto junto da comunidade local.



RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

Os resultados dos questionários de satisfação, aplicados a alunos, encarregados de educação e trabalhadores sobre o serviço prestado pela Escola, expressam uma predominância de aspetos muito positivos, o que demonstra que a comunidade escolar, na generalidade, está satisfeita. Os pais, com uma percentagem de respostas que exprimem concordância e concordância total superior a 80%, destacam o incentivo da Escola para o alcance de melhores resultados, o relacionamento interpessoal dos filhos e a disponibilidade de atendimento por parte dos diretores de turma. Por seu lado, os alunos relevam o conhecimento dos critérios de avaliação e a excelência do relacionamento interpessoal com os colegas e com os professores. O aspeto que, junto dos respondentes, merece um menor grau de concordância, é a qualidade e o conforto das instalações. Os trabalhadores docentes e não docentes salientam, mais positivamente, a limpeza, a segurança e o funcionamento dos diferentes serviços da Escola, com destaque para a biblioteca, o refeitório e o bufete.

A comunidade educativa salienta o papel mobilizador da Escola em prol de uma estreita colaboração com as diferentes instituições, autárquicas, comerciais e industriais do concelho de Esposende, sendo reconhecidas e valorizadas as parcerias estabelecidas com estas entidades, particularmente no âmbito das ofertas profissionais e da formação dos jovens em contexto de trabalho. Estas ofertas, complementadas com as do Centro de Novas Oportunidades, têm permitido elevar os níveis de qualificação da população local e valorizar o papel da escola na formação ao longo da vida.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na maioria dos campos em análise, sendo elevada a satisfação dos alunos, dos encarregados de educação e do pessoal docente e não docente. A ação da Escola tem produzido um impacto, em regra, em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **BOM** no domínio Resultados.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

As estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica asseguram o planeamento e a gestão do currículo através de reuniões periódicas dos departamentos curriculares e dos grupos de recrutamento, nas quais se planifica a atividade docente e se promove a articulação entre os docentes que lecionam os mesmos anos e níveis de escolaridade. A criação de um tempo comum aos coordenadores de departamento e de grupo de recrutamento favorece a articulação inter e intra departamental. A promoção da articulação horizontal é mais evidente no projeto curricular de turma, onde se tem vindo a reforçar o planeamento, a concretização de atividades de caráter interdisciplinar, a definição de alguns conteúdos programáticos e a partilha de estratégias pedagógicas para a resolução de problemas da turma. No ensino secundário a prática de construção do projeto curricular de turma é ainda recente, o que requer uma maior atenção e monitorização por parte das estruturas intermédias. Neste sentido, a Escola tem fomentado práticas colaborativas entre os docentes, designadamente para viabilizar a gestão partilhada dos programas, a construção de instrumentos de avaliação e a adoção de medidas de apoio educativo.

A articulação vertical, a continuidade pedagógica e a sequencialidade entre os ciclos constituem ainda domínios de intervenção emergentes, embora as estruturas pedagógicas e a direção tenham vindo a instituir alguns procedimentos que os procuram garantir. É o caso da manutenção das equipas pedagógicas, sempre que possível, no sentido de favorecer a continuidade do projeto curricular de turma e, na transição de ciclos, da realização de testes diagnósticos para alunos dos 7.º e 10.º anos e da monitorização da competência linguística dos discentes no ensino básico. No entanto, é desejável a melhoria dos procedimentos de recolha e utilização da informação sobre o percurso escolar dos alunos,



atendendo às suas diferentes origens nos anos de transição de ciclo. Na resolução de problemas transdisciplinares (ausência de hábitos de estudo, falta de motivação pela aprendizagem, problemas de comportamento), o conselho de turma articula com diferentes equipas da Escola, como sejam as que dinamizam o projeto Educação para a Saúde, o Núcleo de Apoio Educativo, o Plano Tecnológico da Educação, a Biblioteca Escolar e o Gabinete de Apoio ao Aluno.

O projeto curricular de Escola, em sintonia com o projeto educativo, corporiza os princípios que servem de base ao desenvolvimento do currículo e à oferta educativa, operacionalizados através do plano anual de atividades. Constituem-se como documentos articulados, onde se reconhece a ambição estratégica de melhoria, tendo em conta não só as necessidades dos alunos, como a comunidade em que se insere e os recursos disponíveis. Evidenciando-se, na sua génese, a adesão da Escola ao projeto municipal Esposende – Município Educador, no qual se ancorou o plano anual de atividades, regista-se ainda a envolvimento de uma diversidade de instituições com quem se estabeleceram parcerias, com os benefícios que daí resultam da abertura ao meio e do reforço de contextualização.

De relevar o impacto das orientações do Observatório da Qualidade da Escola na construção dos documentos estruturantes e na clara definição de objetivos operacionais e metas da Escola que, referenciadas ao programa Educação para 2015, consubstanciam um conjunto articulado de medidas pedagógicas, de entre as quais se assinala a maximização da componente não letiva dos docentes para apoio aos alunos em prol da consecução das referidas metas e a criação de tempos comuns para reforço do trabalho colaborativo, incidindo nas disciplinas de Língua Portuguesa/Português e Matemática.

A coerência entre ensino e avaliação é suportada por práticas de monitorização da aplicação dos programas, dos critérios de avaliação definidos por anos e ciclos, pela aferição dos instrumentos e procedimentos de avaliação e pela clareza das metas a atingir nas diferentes áreas disciplinares. Contudo, uma das orientações emanadas do Observatório da Qualidade da Escola, na vertente coerência das práticas de ensino e avaliação dos alunos, traduz a necessidade das estruturas intermédias reforçarem a articulação curricular, com expressão não só na aplicação e no cumprimento dos programas, como nas metodologias de ensino e de aprendizagem e na aplicação dos critérios, de modo a assegurar condições de sucesso nas turmas onde se evidenciem desvios.

PRÁTICAS DE ENSINO

Os indicadores de qualidade, referenciados pela autoavaliação, sustentam a existência de práticas pedagógicas e dinâmicas de trabalho colaborativo, embora mais frequentes entre docentes do mesmo grupo de recrutamento, o que tem permitido definir estratégias de adequação do ensino às capacidades e ritmos de aprendizagem dos alunos e elaborar instrumentos de avaliação comuns para as diferentes turmas. É de assinalar, a intencionalidade expressa no Plano de Melhoria, a disponibilização de recursos e apoios educativos aos alunos e a prioridade no reforço às disciplinas de Língua Portuguesa/Português e Matemática, a que se associam iniciativas, como por exemplo, os projetos *Português de escolarização – sementes de sucesso*, em parceria com a biblioteca escolar e a dinamização da sala de estudo de verão, no âmbito do projeto *Matemática – metas 2015*, sendo visível a preocupação em direcionar estas medidas e recursos para os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. A diferenciação pedagógica é, principalmente, concretizada fora da sala de aula, recorrendo às salas de estudo específicas, orientadas para prestar apoio aos alunos nas áreas curriculares disciplinares que apresentam resultados inferiores aos esperados, com particular ênfase nas disciplinas de Português, Matemática, Física, Química, Inglês, Ciências Naturais, Biologia, entre outras. A biblioteca/centro de recursos constitui um espaço educativo que reforça não só a dimensão curricular, através das inúmeras atividades que desenvolve no âmbito do seu plano de ação, mas também como espaço de apoio ao estudo e cuja frequência/afluência tem sido regularmente monitorizada.

O impacto destas medidas, sendo globalmente positivo, mostra, todavia, fragilidades, quando reportado a alunos do ensino básico que beneficiam de medidas específicas, designadamente de planos de



recuperação/acompanhamento, evidenciadas pelo Observatório da Qualidade da Escola, e cuja avaliação do *binómio esforço despendido versus resultados obtidos*, levada a efeito, fica aquém do esperado. De igual modo, a inexistência de planos de desenvolvimento, como estratégia de promoção e valorização dos alunos que apresentam capacidades excepcionais, constitui uma área de melhoria a implementar, na adequação do ensino às capacidades e ritmos de aprendizagem dos alunos. No caso dos alunos com necessidades educativas especiais, embora em número reduzido, são disponibilizados os recursos necessários e asseguradas as articulações entre docentes e os vários técnicos/serviços, no sentido de dar resposta às suas especificidades, principalmente dos diretores de turma com a educação especial e o serviço de psicologia, contando ainda com o apoio de parceiros externos, sempre que necessário.

Ainda no domínio das metodologias e das práticas de ensino, o recurso às tecnologias da informação e comunicação é uma prática cada vez mais valorizada por docentes de algumas disciplinas/áreas disciplinares, enquanto o uso do computador em contexto de aula se afigura como uma prática com pouca expressão, o que aliás foi corroborado pelas respostas dadas pelos alunos aos questionários. De relevar, no entanto, o esforço da Escola na promoção de formação ao nível da utilização de plataformas e da divulgação de *software*, dirigida à comunidade educativa, o que evidencia a aposta estratégica na generalização destes recursos.

No âmbito do ensino das ciências, constitui um ponto forte a realização regular de atividades experimentais, quer as que decorrem do desenvolvimento do currículo e facilitadas pelas boas condições de funcionamento dos laboratórios, quer as atividades de enriquecimento curricular, inscritas no plano anual, que estimulam nos alunos uma atitude positiva face ao método científico. Destaca-se a este nível a semana de abertura do laboratório de biologia/geologia aos alunos do 7.º ano, o concurso de fotografia e exposição da Biodiversidade, a criação do portal *Casa das Ciências* e o clube *Mais Ciência Experimental*.

É ainda valorizada a dimensão artística e cultural, através da oferta de um curso de artes visuais e da existência do ensino articulado da música, com diversas iniciativas de âmbito escolar e local, e das atividades dinamizadas pelos clubes/núcleos da Escola, com particular destaque para o desporto escolar, que tem merecido o reconhecimento da comunidade educativa e promovido a Escola num Quadro Desportivo Nacional. Estas dimensões têm estimulado nos alunos o sentido de pertença e de cidadania e contribuído para a valorização das aprendizagens e formação integral dos alunos.

A biblioteca/centro de recursos educativos merece uma referência particular pelos contributos que propicia à gestão e desenvolvimento curricular, através de uma oferta diversificada de iniciativas pedagógicas, de carácter transversal, de inegável valor formativo e como espaço de reforço das aprendizagens. No âmbito do processo de autoavaliação, apurou-se o envolvimento de uma elevada percentagem das turmas nas atividades e o seu impacto no crescimento do gosto pela leitura e de competências associadas, com repercussão no sucesso educativo dos alunos/turmas.

O acompanhamento e monitorização da prática letiva em contexto de sala de aula, embora pontualmente assegurados em situações de clara incapacidade docente na gestão do processo educativo, ainda não foram assumidos, enquanto dispositivos permanentes, com carácter formativo e com efeitos no desenvolvimento profissional dos docentes e da própria instituição. Este acompanhamento e supervisão das práticas letivas são realizados de forma indireta nas reuniões dos departamentos curriculares, do conselho pedagógico e através da ação do Observatório da Qualidade da Escola, aquando da análise dos resultados dos alunos, das atas dos conselhos de turma, dos relatórios de atividades, da concretização das planificações e do cumprimento dos programas.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

A diversificação das formas de avaliação constitui uma das áreas de melhoria da Escola, que se consubstancia na reflexão e reformulação dos critérios de avaliação das aprendizagens e na adoção de princípios de atuação para todas as disciplinas/áreas disciplinares. O recurso à avaliação formativa,



referenciada à modalidade de avaliação diagnóstica, e a realização da avaliação sumativa e aferida têm evidenciado práticas colaborativas entre docentes, designadamente ao nível da aferição de instrumentos e dos critérios de correção, da adoção de medidas de apoio e da reformulação das planificações por parte dos conselhos de turma e grupos de recrutamento. É de relevar o trabalho sistemático de monitorização dos resultados dos alunos resultante da avaliação sumativa e aferida, cuja análise comparativa tem permitido alguma uniformização dos níveis de exigência entre os docentes que lecionam os mesmos anos e níveis de escolaridade e a reformulação das estratégias pedagógicas.

Os critérios de avaliação aprovados em conselho pedagógico são amplamente difundidos junto dos docentes, dos alunos e dos encarregados de educação, o que foi confirmado pelos alunos que afirmaram conhecer os critérios de avaliação, embora nas suas respostas não se tenha verificado tanta uniformidade no que se refere à justiça da sua aplicação pelos docentes, em cada disciplina. Assim, a adequação e aplicação desses critérios – assegurada pelo conselho pedagógico, pelos departamentos curriculares e conselhos de turma – devem ser amplamente discutidas e monitorizadas de forma a permitir uma maior eficácia na regulação do processo ensino-aprendizagem.

Em conclusão, existe prevalência de pontos fortes na maioria dos campos em análise e o desenvolvimento de ações com vista à melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos, o que justifica a atribuição da classificação de **BOM** no domínio da Prestação do Serviço Educativo.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A Escola é gerida por uma equipa experiente que revelou possuir um amplo conhecimento das diferentes funções, dimensões e objetivos organizacionais e educacionais e que partilha uma cultura de colaboração e de solidariedade funcional, onde sobressai, de forma natural e consensual, a figura do diretor. Este facto, todavia, não atenua a importância das lideranças intermédias, nem impede a interação, o protagonismo e a capacidade de expressão e intervenção dos outros membros da equipa e demais atores educativos que, no seu conjunto, atuam em sintonia na prossecução das metas e estratégias definidas. Pelo próprio facto de esta escola secundária ser a única no concelho em que se insere e ter, também por isso, necessidade de articular e atender a expectativas sociais diversificadas, notam-se esforços bem sucedidos de mobilização de recursos da comunidade educativa e uma abertura a processos de colaboração interinstitucional que têm tido expressão não apenas em parcerias concretas, mas também através da voz dos atores que estão representados no conselho geral. Relativamente à participação neste órgão, excetua-se, todavia, a expressão dos interesses dos alunos pelo fato de os seus representantes tenderem a estar ausentes nas respetivas reuniões. Aliás, a dinâmica do conselho geral é bastante discreta na vida da Escola, assumindo essencialmente, salvo eventuais exceções, uma postura de acolhimento colaborativo e de reforço convergente relativamente aos assuntos que lhe chegam e que constituem, em regra, a sua agenda normal de trabalho. Observou-se, ainda, uma ausência de publicitação das decisões tomadas neste órgão, bem como um incipiente conhecimento e acompanhamento dos eventuais impactos e/ou efeitos das recomendações que são da sua iniciativa.

GESTÃO

As decisões e orientações relativas aos processos de gestão estão genericamente bem fundamentadas em termos organizacionais e educativos e desenvolvem-se de forma articulada e convergente, considerando sobretudo a sua congruência e eficácia face aos recursos materiais e humanos disponíveis. Note-se que, mais recentemente, a Escola teve de repensar algumas soluções pelo facto de não ter sido incluída, como previa, no processo de ampliação e requalificação das suas instalações que, ainda assim, em geral, estão bem cuidadas e preservadas.



A constituição dos horários e das turmas e a distribuição do serviço obedecem ao princípio da continuidade pedagógica, não havendo necessidades significativas de recursos humanos, com exceção de assistentes operacionais, sobretudo os que são destinados ao acompanhamento educativo, cujo défice tem sido suprido através de contratos emprego-inserção.

A oferta de formação decresceu com a extinção do Centro de Formação que tinha sede na Escola, mas ainda assim tem sido efetuada de forma esporádica e irregular e, não raras vezes, por iniciativa dos próprios interessados. Saliente-se, a este propósito, a formação promovida pela Escola, que ocorreu por ocasião da implementação do modelo de avaliação do desempenho docente, bem como aquela que tem sido realizada, nomeadamente na Universidade do Minho, induzida por necessidades sentidas pelos elementos do Observatório de Qualidade da Escola.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

No campo da autoavaliação e melhoria, a Escola tem dado passos firmes e muito expressivos. Soube, aliás, refletir criticamente a partir de modelos usados em fases anteriores, nomeadamente o modelo *Common Assessment Framework* (CAF), retirou ilações criativas do aprofundamento de experiências efetuadas, o que se traduziu não apenas numa maior sensibilidade às especificidades da Escola e à forma de as considerar adequadamente, como também permitiu a consolidação de uma equipa, amplamente participada e representativa, que hoje viabiliza o trabalho, consensualmente reconhecido, do Observatório da Qualidade da Escola. A este propósito, a Escola assume como muito importante para a configuração das suas práticas educativas o documento que consubstancia o Plano de Melhoria e que, na sequência dos esforços que vêm sendo efetuados após a anterior avaliação externa, revela os progressos alcançados e em curso, numa dinâmica que dá claras garantias de continuidade e de capacidade de realizar o acompanhamento dos impactos e efeitos das decisões e orientações tomadas, nomeadamente por parte dos órgãos e estruturas da Escola.

Em conclusão, os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes e do empenho na melhoria contínua, pelo que a classificação do domínio Liderança e Gestão é de **MUITO BOM**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- Os resultados consistentes nos exames nacionais do ensino secundário nas disciplinas de História e de Biologia e Geologia.
- O clima escolar traduzido no bom comportamento dos alunos e no bom relacionamento interpessoal.
- O impacto do Observatório da Qualidade da Escola na definição das orientações tendentes à melhoria dos processos organizacionais e das práticas letivas.
- A valorização e enfoque do ensino experimental das ciências e a participação dos alunos em atividades educativas estimulantes, com repercussão na atitude positiva face ao método científico.
- A dinâmica da biblioteca/centro de recursos educativos consubstanciada em iniciativas pedagógicas, de caráter transversal, de inegável valor formativo e como espaço de reforço das aprendizagens.



- A orientação das lideranças de topo e intermédias para a prossecução das estratégias e alcance das metas definidas.
- A consistência do processo de autoavaliação.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- Os resultados pouco consistentes nos exames nacionais do ensino secundário, nas disciplinas de Matemática e Física e Química.
- O envolvimento dos alunos nas dinâmicas internas e na discussão dos documentos estruturantes.
- O reforço da articulação horizontal e vertical e a melhoria dos procedimentos de recolha e utilização da informação sobre os percursos escolares dos alunos provenientes de outros estabelecimentos de ensino na transição de ciclos.
- A consolidação e generalização dos mecanismos de supervisão pedagógica, no sentido de um efetivo acompanhamento e monitorização da prática letiva em contexto de sala de aula.
- O impacto das medidas de apoio educativo, particularmente dos planos de recuperação e acompanhamento, nos resultados dos alunos.
- A intervenção mais expressiva do conselho geral na vida da Escola e a publicitação das suas decisões e recomendações.

A Equipa de Avaliação Externa: Luís Fernandes, Maria Pia Barroso, Almerindo Afonso.